



MUNICÍPIO DA NAZARÉ – CÂMARA MUNICIPAL

MINUTA DE CONTRATO

Aquisição de Serviços de Auditor Externo

RESPONSÁVEL PELA CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS RELATIVAS AOS ANOS DE 2022, 2023 E 2024, DEMAIS FUNÇÕES CONSTANTES DO REGIME FINANCEIRO DAS AUTARQUIAS LOCAIS E CONSULTORIA CONTABILÍSTICA

----- Aos _____ do mês de setembro do ano dois mil e vinte e dois, nesta Vila da Nazaré, Edifício dos Paços do Concelho, compareceram como outorgantes: -----

----- PRIMEIRO: WALTER MANUEL CAVALEIRO CHICHARRO, natural da Freguesia e Concelho de Porto Alexandre – Angola, com domicílio necessário no Edifício dos Paços do Município da Nazaré, sito na Avenida Vieira Guimarães, outorgando na qualidade de Presidente da Câmara Municipal da Nazaré e em representação do Município da Nazaré, pessoa coletiva de direito público número 507 012 100, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea a) do n.º1 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

----- SEGUNDO: J. M. RIBEIRO DA CUNHA & ASSOCIADOS – SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LIMITADA, com sede na ..., ..., Freguesia de ..., Concelho de ..., com o NIPC 514 809 833, matriculada na Conservatória de Registo Comercial de ..., com o mesmo número, com o capital social de ... Euros, representada por ..., titular do cartão de cidadão número ..., emitido pela República Portuguesa, válido até ..., com o NIF ..., que outorga na qualidade de ..., nos termos expressos na Certidão Permanente, com o código de acesso ..., obtida “online”, inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas com o n.º 325, documentos que arquivo.-----

Cláusula 1ª

Objeto

----- O presente contrato tem por objeto a Aquisição de Serviços de Auditor Externo, responsável pela certificação legal de contas relativas aos anos de 2022, 2023 e 2024, demais funções constantes do Regime Financeiro das Autarquias Locais e consultoria contabilística, conforme as características e especificações técnicas constantes do Caderno de Encargos que serviu de base ao procedimento em epígrafe.-----

Cláusula 2ª

Prazo da prestação do serviço

----- O contrato inicia-se com a sua assinatura e vigora pelo período de 3 anos, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.-----

Cláusula 3ª

Obrigações do Segundo Outorgante

----- 1 — Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Segundo Outorgante as seguintes obrigações principais:-----



MUNICÍPIO DA NAZARÉ – CÂMARA MUNICIPAL

- a) A certificação legal de contas dos exercícios económicos dos anos 2022, 2023 e 2024; -----
 - b) Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte; -----
 - c) Participar aos órgãos municipais competentes as irregularidades, bem como os factos que considere reveladores de graves dificuldades na prossecução do plano plurianual de investimentos do município; -----
 - d) Proceder à verificação dos valores patrimoniais do município, ou por ele recebidos em garantia, depósito ou outro título; -----
 - e) Remeter semestralmente aos órgãos executivo e deliberativo do município a informação sobre a respetiva situação económica e financeira; -----
 - f) Emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas do exercício, nomeadamente sobre a execução orçamental, o balanço e a demonstração de resultados individuais e consolidados e anexos às demonstrações financeiras exigidas por lei ou determinados pela assembleia municipal;
 - g) Emitir parecer sobre a prestação de contas semestral; -----
 - h) Pronunciar-se sobre quaisquer outras situações determinadas por lei, designadamente sobre os planos de recuperação financeira, antes da sua aprovação nos termos da lei; -----
 - i) Prestar 60 horas de consultoria contabilística; -----
 - j) Acompanhar e validar projetos no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência; -----
 - k) Efetuar auditoria no âmbito de controlos internos -----
 - l) Obrigação de prestar os serviços nos termos por si propostos e em cumprimento do previsto no presente caderno de encargos; -----
 - m) Obrigação de ter, na sua equipa de trabalho, pelo menos um Jurista; -----
 - n) Obrigação de os trabalhos serem necessariamente executados por um Revisor Oficial de Contas (ROC); -----
 - o) Obrigação de o ROC comparecer presencialmente nas Assembleias Municipais: -----
 - i. De aprovação de contas anuais, individuais e consolidadas; -----
 - ii. De discussão de contas semestrais. -----
 - p) Obrigação do cumprimento dos requisitos legais em vigor e de garantia da qualidade do serviço por si prestado; -----
 - q) Obrigação de se responsabilizar por todos os danos causados ao Município de Nazaré relativos à prestação do serviço objeto do presente caderno de encargos e que resultem da ação ou omissão do(s) seu(s) profissional(ais); -----
 - r) Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à entidade adjudicante os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação do serviço objeto do procedimento, ou o cumprimento de outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com a entidade adjudicante; -----
 - s) Não alterar as condições de prestação do serviço fora dos casos previstos no presente caderno de encargos; -----
 - t) Prestar de forma correta e fidedigna todas as informações referentes às condições em que é efetuada a prestação do serviço, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias; -----
 - u) Comunicar à entidade adjudicante qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a prestação do serviço, a sua situação jurídica e a sua situação comercial. -----
- 2 - A título acessório, o adjudicatário fica obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequadas à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo. -----



MUNICÍPIO DA NAZARÉ – CÂMARA MUNICIPAL

Cláusula 4ª

Conformidade

----- O Segundo Outorgante obriga-se a prestar o serviço objeto do contrato de acordo com o Caderno de Encargos e respetivo Anexo, bem como conteúdo da proposta adjudicada. -----

Cláusula 5ª

Preço Contratual

----- 1 – O encargo do presente contrato é de 23.970,00€ (vinte e três mil novecentos e setenta euros), não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado. -----

Cláusula 6ª

Condições de pagamento

----- 1 - As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 60 dias após a receção por este município da respetivas faturas, a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação, deverão ser emitidas no início de cada mês. -----

----- 2 - Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto ao montante indicado na fatura, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura devidamente corrigida. -----

Cláusula 7ª

Sigilo

----- 1 — O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato. -----

----- 2 — A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato. -----

----- 3 — Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que seja comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou a que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido das entidades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes. -----

Cláusula 8ª

Documentação

-----1 - O Segundo Outorgante entregará ao Primeiro Outorgante, no prazo de cinco dias úteis, após a data exarada no ofício de adjudicação, os seguintes documentos:-----

-----Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II ao CCP;-----

-----2 - O Segundo Outorgante entregou ao Primeiro Outorgante os seguintes documentos: -----

----- Certidão, emitida pelo Serviço de Finanças de _____ em __/__/2021, comprovativa de que tem a sua situação tributária regularizada, uma vez que não é devedor perante a Fazenda Pública de quaisquer impostos, prestações tributárias ou acréscimos legais; -----



MUNICÍPIO DA NAZARÉ – CÂMARA MUNICIPAL

-----Declaração emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social, a __/__/2021 comprovativa de se encontrar regularizada a sua situação contributiva para com a Segurança Social Portuguesa; -----

-----Certificado de registo criminal dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência. -----

-----3 – O Primeiro Outorgante poderá, para seu uso exclusivo, proceder à reprodução de todos os documentos referido no número anterior. -----

Cláusula 9ª

Cessão de posição contratual

----- A subcontratação pelo Adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos. -----

Cláusula 10ª

Casos fortuitos ou de força maior

----- 1 – Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é tida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar. -----

----- 2 – Podem constituir força maior nos termos do número anterior, nomeadamente, os tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas. --

----- 3 – Não constituem força maior, designadamente: -----

----- a) Circunstâncias que não constituem força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham; -----

----- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedade ou grupos de sociedades dos seus subcontratados; -----

----- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam; -----

----- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais; -----

----- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança; -----

----- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem. ---

----- 4 – A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte. -----

----- 5 – A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior. -----



MUNICÍPIO DA NAZARÉ – CÂMARA MUNICIPAL

Cláusula 11ª

Resolução por parte da Entidade Adjudicante

- 1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem nos termos do contrato ou da lei. -----
- 2 – A entidade adjudicante pode resolver o contrato quando ocorra qualquer circunstância que leve à perda da confiança entre si e o adjudicatário. -----
- 3 – O direito de resolução exerce-se mediante notificação, por carta registada com aviso de receção, dirigida ao adjudicatário, da qual consta a indicação da situação de incumprimento, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do seu conhecimento pela entidade adjudicante. -----
- 4 – A resolução do contrato não prejudica o direito à indemnização que caiba à entidade adjudicante, nos termos gerais de direito. -----

Cláusula 12ª

Resolução do contrato pelo Adjudicatário

- 1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de quatro meses, excluindo juros. -----
- 2 – O adjudicatário pode resolver o contrato quando ocorra qualquer circunstância que leve à perda da confiança entre si e a entidade adjudicante. -----
- 3 – O direito de resolução exerce-se mediante notificação, por carta registada com aviso de receção, dirigida à entidade adjudicante, da qual consta a indicação da situação de incumprimento, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do seu conhecimento pelo adjudicatário, salvo se a entidade adjudicante cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar. -----

Cláusula 13ª

Penalidades contratuais

- 1 — Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário, sem prejuízo do seu direito de rescindir o contrato, o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos: -----
- a) Pelo incumprimento das obrigações previstas no capítulo II, secção I, será aplicada uma sanção que poderá ir até 50% do valor contratual; -----
 - b) Pelo incumprimento das restantes obrigações, será aplicada uma sanção que poderá ir até 20 % do valor contratual. -----
- 2 — Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária que poderá ir até 20% do valor contratual. -----
- 3 — Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento. -----
- 4 — A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula. -----
- 5 — As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente. -----



MUNICÍPIO DA NAZARÉ – CÂMARA MUNICIPAL

Cláusula 14ª

Outros encargos

-----Serão da responsabilidade do segundo outorgante todos os encargos, resultantes com a afetação de meios e pessoal, para cumprimento do objeto deste procedimento. -----

Cláusula 15ª

Foro competente

----- Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato, é estipulada a competência do tribunal administrativo territorialmente competente, quanto ao concelho da Nazaré, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

Cláusula 16ª

Prevalência

-----1 – O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos. -----
-----2 – O contrato integra ainda os seguintes elementos: -----
-----a) Os suprimentos de erros e omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo primeiro outorgante; -----
-----b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos; -----
-----c) O Caderno de Encargos; -----
-----d) A proposta apresentada pelo segundo outorgante; -----
-----e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo segundo outorgante. -----
-----3 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência, é determinada pela ordem pela qual aí são indicados. -----
----- 4 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos, de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo segundo outorgante nos termos do disposto no artigo 101.º desse diploma legal. -----

Cláusula 17ª

Comunicações e notificações

----- 1 – Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato. -----
----- 2 – Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte. -----

Cláusula 18ª

Disposições finais

----- 1 – Os pagamentos ao abrigo do presente contrato, serão efetuados após verificação dos formalismos legais em vigor, para o processamento das despesas públicas. -----



MUNICÍPIO DA NAZARÉ – CÂMARA MUNICIPAL

----- 2 – O procedimento relativo ao presente contrato, foi autorizado por Despacho do Sr. Presidente da Câmara, do dia 11/08/2022. -----

----- 3 – A prestação de serviços objeto do presente contrato foi adjudicada por Despacho do Sr. Presidente da Câmara, no dia .../.../2022. -----

----- 4 – A minuta relativa ao presente contrato, foi aprovada por Despacho do Sr. Presidente da Câmara no .../.../2022. -----

----- 5 – O encargo máximo estimado resultante do presente contrato é de 23.970,00€ (vinte e três mil novecentos e setenta euros), a que acresce o IVA. -----

----- 6 – O presente contrato, será suportado por conta das verbas inscritas no orçamento da Câmara Municipal da Nazaré para o ano económico de dois mil e vinte e dois, sob a rubrica orçamental com a classificação económica 0102-020220. -----

----- 7 – Cabimento n.º .../2022. -----

----- 8 – Compromisso n.º .../2022. -----

----- 9 – Os encargos plurianuais foram autorizados pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, por Despacho do dia 09/08/2022, da qual será dado conhecimento à próxima Assembleia Municipal. -----

----- 10 – Nos termos consagrados no n.º 1 do artigo 290-A do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de Agosto de 2017, que alterou o Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, a Gestora do Contrato é a Chefe da DAF, Helena Pola. -----

----- 11 – Este contrato foi elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada um dos outorgantes. -----

-----Depois de o Segundo Outorgante ter feito prova, por certidão, de que tem a sua situação regularizada, relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português e por contribuições para a Segurança Social, o contrato foi assinado pelos representantes de ambas as partes. -----

Pela Câmara Municipal da Nazaré

Walter Manuel Cavaleiro Chicharro

Pela Segunda Outorgante

J. M. Ribeiro da Cunha & Associados – SROC, Lda.

A Oficial Pública da Câmara Municipal da Nazaré

Olinda Amélia David Lourenço